



## ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

1 Nos dias vinte e seis, vinte e sete e vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três, foi realizada a  
2 72ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) no Salão Londres,  
3 Windsor Hotel, SHS Qd. 05 bloco H - Brasília – DF. Estiveram presentes na reunião as seguintes  
4 conselheiras **Dia 26/09/2023 - Cida Gonçalves**, Ministra de Estado das Mulheres e Presidenta do  
5 CNDM; **Adélia Moreira Pessoa**, Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM); **Adriana**  
6 **Rosa dos Santos**, Capítulo Brasil Fórum de Mulheres do Mercosul (FMM); **Alessandra Santos de**  
7 **Almeida**, Conselho Federal de Psicologia (CFP); **Alice Bianchini**, Notório Conhecimento das  
8 Questões de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Beatriz**  
9 **Maria Luchese Peruffo**, Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW  
10 – BRASIL); **Berenice D’arc Jacinto**, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
11 (CNTE); **Carmen Helena Ferreira Foro**, Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações  
12 Temáticas e Participação Política e Vice-presidenta do CNDM; **Celina Alves Padilha Arêas**, Central  
13 dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); **Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos**,  
14 Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); **Cleide Silva Pereira Pinto**, Federação  
15 Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRADE); **Denise Santos Aguiar de Sá**, Ministério  
16 da Cultura (MINC); **Deusimar Corrêa**, Centro de Estudos Afro-Religioso e Cultural Rumpaimé  
17 Héviosô ZÔÔNOKUM MEAN; **Evelin Cavallini Santana**, Articulação Brasileira de Lésbicas;  
18 **Gilcelene Braga Assumpção**, Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG); **Rosangela Rosa Maria**  
19 **Ferreira de Melo**, Confederação das Mulheres do Brasil (CMB); **Ivanete Alves de Oliveira**, União  
20 de Negras e Negros pela Igualdade – UNEGRO; **Jovanna Cardoso da Silva**, Fórum Nacional de  
21 Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS); **Laudelina Inácio da Silva**, Associação  
22 Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ); **Luanda Pires**, Notório Conhecimento das  
23 questões de Gênero e atuação na luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Mara Luzia**  
24 **Feltes**, Central Única dos Trabalhadores (CUT); **Maria Dirlene Trindade Marques**, Rede Feminista  
25 de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; **Maria Luiza Fonseca Valle**, Ministério do Trabalho e  
26 Emprego (MTE); **Shaiane Vargas**, Ministério da Cultura (MINC); **Patrícia Laundry Mollo Vieira**,



27 Ministério da Educação (MEC); **Sandra Laules**, Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à  
28 Violência; **Sarah Barreto Marques Ribeiro**, Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB);  
29 **Sônia Maria Zerino da Silva**, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI);  
30 **Tereza Martins Godinho**, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); **Valéria Cristina Passos**  
31 **Valentim**, Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); **Vanja Andrea Reis dos Santos**, União  
32 Brasileira de Mulheres (UBM); e as seguintes assessoras técnicas **Ana Rocha**, Ministério das  
33 Mulheres; **Danielle Mota**, Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) ; **Tainá Fernandes**,  
34 Ministério da Igualdade Racial (MIR); **Dayse de Jesus**, Ministério das Mulheres; **Mariana de Souza**,  
35 Ministério da Igualdade Racial (MIR).

36 **Dia 27/09/2023 - Adélia Moreira Pessoa**, Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM);  
37 **Alessandra Santos de Almeida**, Conselho Federal de Psicologia (CFP); **Alice Bianchini**, Notório  
38 Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das  
39 Mulheres; **Beatriz Maria Luchese Peruffo**, Federação das Associações de Mulheres de Negócios e  
40 Profissionais (BPW – BRASIL); **Berenice D’arc Jacinto**, Confederação Nacional dos Trabalhadores  
41 em Educação (CNTE); **Carmen Helena Ferreira Foro**, Secretária Nacional de Articulação  
42 Institucional, Ações Temáticas e Participação Política e Vice-presidenta do CNDM; **Celina Alves**  
43 **Padilha Arêas**, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); **Chopelly Glaudystton**  
44 **Pereira dos Santos**, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); **Cleide Silva**  
45 **Pereira Pinto**, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRADE); **Denise Santos**  
46 **Aguiar de Sá**, Ministério da Cultura (MINC); **Evelin Cavalini Santana**, Articulação Brasileira de  
47 Lésbicas; **Gilcelene Braga Assumpção**, Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG); **Islândia**  
48 **Bezerra da Costa**, Secretaria-Geral da Presidência(SG); **Jovanna Cardoso da Silva**, Fórum  
49 Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS); **Laudelina Inácio da Silva**,  
50 Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ); **Luanda Pires**, Notório  
51 Conhecimento das questões de Gênero e atuação na luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das  
52 Mulheres; **Mara Luzia Feltes**, Central Única dos Trabalhadores (CUT); **Maria Dirlene Trindade**  
53 **Marques**, Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; **Maria Luiza Fonseca Valle**,  
54 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); **Mariana Braga Teixeira**, Ministério da Cultura (MINC);  
55 **Patrícia Laundry Mollo Vieira**, Ministério da Educação (MEC); **Sandra Laules**, Rede Nacional de  
56 Mulheres Negras no Combate à Violência; **Sarah Barreto Marques Ribeiro**, Organização Nacional



57 de Cegos do Brasil (ONCB); **Sônia Maria Zerino da Silva**, Confederação Nacional dos  
58 Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Tereza Martins Godinho**, Ministério do Trabalho e Emprego  
59 (MTE); **Vanja Andrea Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres (UBM); **Rosangela Rosa**  
60 **Maria Ferreira de Melo**, Confederação das Mulheres do Brasil; e as seguintes assessoras técnicas  
61 **Ana Rocha**, Ministério das Mulheres; **Danielle Mota**, Ministério do Planejamento e Orçamento  
62 (MPO); **Tainá Fernandes**, Ministério da Igualdade Racial (MIR).

63 **Dia 28/09/2023 - Cida Gonçalves**, Ministra de Estado das Mulheres e Presidenta do CNDM; **Adélia**  
64 **Moreira Pessoa**, Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM); **Adriana Rosa dos Santos**,  
65 Capítulo Brasil Fórum de Mulheres do Mercosul (FMM); **Alice Bianchini**, Notório Conhecimento  
66 das Questões de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres;  
67 **Beatriz Maria Luchese Peruffo**, Federação das Associações de Mulheres de Negócios e  
68 Profissionais (BPW – BRASIL); **Berenice D'arc Jacinto**, Confederação Nacional dos Trabalhadores  
69 em Educação (CNTE); **Carmen Helena Ferreira Foro**, Secretária Nacional de Articulação  
70 Institucional, Ações Temáticas e Participação Política e Vice-presidenta do CNDM; **Celina Alves**  
71 **Padilha Arêas**, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); **Chopelly Glaudystton**  
72 **Pereira dos Santos**, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); **Cleide Silva**  
73 **Pereira Pinto**, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRADE); **Denise Santos**  
74 **Aguiar de Sá**, Ministério da Cultura (MINC); **Deusimar Corrêa**, Centro de Estudos Afro-Religioso  
75 e Cultural Rumpaimê Hévíosô ZÔÔNOKUM MEAN; **Evelin Cavalini Santana**, Articulação  
76 Brasileira de Lésbicas; **Gilcelene Braga Assumpção**, Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG);  
77 **Islândia Bezerra da Costa**, Secretaria-Geral da Presidência (SG); **Luanda Pires**, Notório  
78 Conhecimento das questões de Gênero e atuação na luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das  
79 Mulheres; **Mara Luzia Feltes**, Central Única dos Trabalhadores (CUT); **Maria Dirlene Trindade**  
80 **Marques**, Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; **Maria Luiza Fonseca Valle**,  
81 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); **Mariana Braga Teixeira**, Ministério da Cultura (MINC);  
82 **Patrícia Laundry Mollo Vieira**, Ministério da Educação (MEC); **Sandra Laules**, Rede Nacional de  
83 Mulheres Negras no Combate à Violência; **Sarah Barreto Marques Ribeiro**, Organização Nacional  
84 de Cegos do Brasil (ONCB); **Sônia Maria Zerino da Silva**, Confederação Nacional dos  
85 Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Tereza Martins Godinho**, Ministério do Trabalho e Emprego  
86 (MTE); **Vanja Andrea Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres (UBM); **Rosangela Rosa**



87 **Maria Ferreira de Melo**, Confederação das Mulheres do Brasil; e as seguintes assessoras técnicas  
88 **Ana Rocha**, Ministério das Mulheres; **Danielle Mota**, Ministério do Planejamento e Orçamento  
89 (MPO); **Tainá Fernandes**, Ministério da Igualdade Racial (MIR); **Mariana de Souza**, Ministério da  
90 Igualdade Racial (MIR); **Isis Dantas Menezes Zornoff Taboas**, Ministério das Mulheres.

91

92 **Abertura da Reunião 26/09/2023 – Manhã:** A Sra. Cida Gonçalves, Ministra de Estado das  
93 Mulheres e Presidenta do CNDM iniciou reunião e informou como pauta: 1. Aprovação das Atas da  
94 1ª Reunião Extraordinária e da 71ª Reunião Ordinária; 2. Informações sobre o PPA 2024-2027, mapa  
95 colaborativo e Misoginia; 3. Informe - Estrutura do CNDM conforme regimento interno – Secretária  
96 Executiva – Prorrogação da V conferência; 4. Eleição das Câmaras Técnicas e vacância do notório  
97 conhecimento; e, 5. I Encontro Nacional de Conselheiras. Ato contínuo, entrou em questão sugestão  
98 de alteração da pauta e definiu-se que para que não houvesse alteração na sua programação, todas  
99 comparecessem no dia posterior, 27 de setembro, período matutino, para discussão sobre as Câmaras  
100 técnicas. Seguidamente, a Sra. Jovanna Cardoso enfatizou a relevância de votação no dia posterior,  
101 na Câmara dos Deputados, em relação ao casamento homoafetivo, e sugeriu que o conselho se faça  
102 presente para a votação. Assumiu a fala a presidenta, Sra. Cida Gonçalves, que indicou, sem mais  
103 adendos das partícipes, a aprovação da ata. Seguiu-se para o próximo ponto de pauta, que tratou sobre  
104 a questão da conjuntura nacional. Citou como pontos a serem debatidos a questão do aborto, a questão  
105 da crescente porcentagem e crueldade de feminicídio, e também, a equidade no ambiente de trabalho,  
106 não apenas mascarado pela igualdade salarial, mais pelos demais fatores sociais-econômicos, bem  
107 como a questão da insegurança alimentar sofrida por muitas mulheres. A Sra. Laudelina citou a  
108 Resolução 215, aprovada pela manhã pelo conselho superior de defensoria pública da união, que  
109 apresenta políticas para combater a falta de representatividade das mulheres nos espaços de poder.  
110 Enfatizou que o pleito é de que as indicações para tribunais sejam feitas com equidade, com igual  
111 quantitativo de homens e mulheres, para que haja paridade nas votações e não seja prejudicada a  
112 intenção das mulheres. A Sra. Dirlene coloca em questão dois pontos: 1. A discussão orçamentária –  
113 fala sobre arcabouço fiscal e novo teto de gastos, que podem comprometer aspectos fundamentais  
114 como saúde e educação e, 2. Reforma tributária, que trata do consumo, onde haveria tarifa única, mas  
115 que decaiu negativamente na cesta básica, afetando a população mais vulnerável. Discorreu também  
116 sobre a tributação sobre a renda, que não embasa que deveria haver maior cobrança dos mais ricos.



117 A Sra. Celina, traz à reunião o ano de 2016, que retrocedeu às questões democráticas que vinham  
118 sendo instauradas. Citou que, no dia 08 de março de 2023, o governo assinou 13 projetos, sendo  
119 alguns deles prioritários, como igualdade salarial, que se tornou lei. Contrapondo-se ao positivismo  
120 da aprovação da lei, ressaltou que faltam estratégias de avaliação e controle para verificação do  
121 cumprimento da lei. Discorreu como exemplo de controle, a aplicação de multa para empresários e  
122 empresárias que violarem a questão da equidade salarial, frisando que o Conselho deve analisar  
123 mecanismos para que as propostas da comunidade sejam efetivamente seguidas. Ato contínuo, a Sra.  
124 Tereza assume a fala, cumprimentando a todas e ressaltando sua primeira participação em Reunião  
125 do Conselho. Seguidamente, falou sobre o crescimento do movimento de mulheres que defendem a  
126 pauta conservadora e cita como preocupação a conscientização de mulheres para que se coloquem  
127 em situação de igualdade e não haja retrocesso, mas avanço de ideais e liberdade de mulheres. A Sra.  
128 Adélia discorreu sobre avanço com alguns retrocessos, como o caso da união afetiva que teve como  
129 projeto de lei a anulação do casamento homoafetivo. Relatou como importante o voto da Rosa Weber,  
130 sobre o voto na questão da interrupção lícita da gravidez até a décima segunda semana. A Sra. Vanja  
131 assume a fala e falou sobre nova perspectiva das mulheres, citando como exemplo o voto escrito  
132 fundamentado da Rosa Weber. Falou sobre a dificuldade e falta de sororidade inclusive de mulheres,  
133 que são alvo de culpabilidade de atos criminosos, inclusive fundamentado para encobrir erros de  
134 homens em relação a elas. A Sra. Adriana Rosa resgatou a igualdade como forma de colocar a mulher  
135 como figura social paritária em relação ao homem e agir ativamente para inibir a estatística de  
136 feminicídio no país. A Sra. Rosa Melo colocou como desafio da conjuntura o governo anterior que  
137 influenciou algumas mulheres a pensarem de forma errada em relação a elas mesmas. Preocupou-se  
138 em aumentar tanto a unidade do povo brasileiro quanto a atuação dos setores mais progressistas a se  
139 sentirem desafiados para movimentação positivista em relação às mulheres. Apoiou a intervenção do  
140 presidente na ONU, e citou que as demandas urgentes, devem ser revistas para que as redes de apoio  
141 sejam fortalecidas. A Sra. Patrícia parabenizou o governo atual, e ressalta importância não só de  
142 igualdade de gênero, mas também de questão racial, como as mulheres negras, quilombolas, do  
143 campo. Ressalta importância de avançar sem deixar em risco a democracia. Sugeriu avanço na pauta  
144 apropriando a narrativa da equidade, para que o próximo governo prossiga com a questão  
145 democrática. Sugeriu convergência das pautas para contribuir com a fala do presidente na ONU de  
146 redução da desigualdade e equidade. E ressalta que a sociedade precisa se mobilizar na base, pois o



147 governo não avança sozinho, sem o apoio social e luta. A Sra. Cida Gonçalves pauta a questão da  
148 insegurança alimentar. Ressalta como esse discurso é importante, porque muitas mulheres que  
149 chefiam suas casas passam fome. A estatística tem aumentado em relação a situações de  
150 vulnerabilidade alimentar. E discutiu que essa é uma questão relevante para que se coloque mulheres  
151 representantes dessa situação de vulnerabilidade como participantes dos discursos sobre a temática.  
152 Falou sobre a preocupação da extinção do aborto legal, porque o planejamento familiar é necessário,  
153 e esse debate deve ser ressaltado como contraponto ao conservadorismo. A Sra. Berenice fala sobre  
154 a responsabilidade de, como sociedade civil, representar as mulheres e falou sobre a importância de  
155 lutas de rua. Destacou a importância do apoio do governo e citou como relevante a marcha das  
156 margaridas, como exemplo de luta de rua. A Sra. Santa fala sobre mulheres encarceradas tratadas em  
157 condição de desumanidade. E que a violência contra negros e juventude deve parar. Deve-se haver  
158 vigilância em relação à algumas atitudes municipais e falas completamente agressivas, como  
159 “castração à mulheres”, sugerida por prefeito de município. As denúncias devem ser revistas, pois a  
160 criminalidade em relação a pessoas suspeitas, por serem negras, tem desproporcional crescimento e  
161 esse tipo de violência deve parar. Sugeriu que o conselho aja ativamente e crie políticas públicas para  
162 viabilizar positivamente a luta da sociedade. A Sra. Cleide fala sobre retrocesso em termos de  
163 trabalho, principalmente quando se trata de empregada doméstica. Citou exemplo de que muitas  
164 vezes, as empregadas domésticas sofrem assédio no ambiente de trabalho, e que empregadores se  
165 sentem confortáveis em coloca-las em situação de apelo emocional, indicando que as mesmas fazem  
166 parte da família, quando na verdade, interessam-se apenas pelos serviços prestados por elas. A Sra.  
167 Chopelly falou sobre retrocesso da vertente política da direita, ressaltou a questão de limitação de  
168 banheiro público, levando ao conselho a questão de que não há perigo mulheres biológicas utilizarem  
169 o mesmo banheiro que mulheres trans. Propôs ao Conselho campanha para utilização de banheiro de  
170 acordo com identificação de gênero, no tocante as mulheres trans. Pois há regressão nesse aspecto e  
171 crescente violência física por agressão. A Sra. Sonia retoma a questão da insegurança alimentar  
172 mesmo no caso de mulheres empregadas, por insuficiência de recursos por desigualdade salarial.  
173 Enfatiza questão de qualificação de mulheres em situação de vulnerabilidade para que alcancem  
174 espaço no mercado de trabalho. Sugeriu campanha de combate à fome e para que as pessoas tenham  
175 renda suficiente para suprir as necessidades fundamentais. A Sra. Vanja antes de retornar a palavra  
176 para a ministra, chamou a atenção para algumas proposições a serem inseridas e atualizadas em pauta.



177 Sugeriu que a assessoria do conselho alterasse a programação com ajustes e discriminasse a questão  
178 da votação no Senado no dia posterior, colocando o local para as conselheiras se dirigirem e nome da  
179 comissão, bem como inserir na pauta da reunião das câmaras técnicas a eleição, discorrida pela Sra.  
180 Dirlene. Também solicitou que na apresentação do mapa colaborativo, fossem indicadas as pessoas  
181 que o representarão. Segue palavra para a Sra. Cida Gonçalves, que finaliza o período matutino  
182 falando sobre questões orçamentárias e a de igualdade, com o intuito de fazer com que as leis sejam  
183 efetivas na prática. Falou sobre a perspectiva da desigualdade até mesmo enfrentada no próprio  
184 ambiente político. Citou a Marcha contra a misoginia, que será uma marcha criada, e diz que será  
185 forma de enfrentar o conservadorismo. A Sra. Vanja encerra a reunião, agradecendo a todas  
186 participantes e ressaltando retorno no período vespertino.

187 **26/09/2023 – Tarde:** A Sra. Carmen iniciou o período fazendo uma breve saudação, e falou sobre  
188 seminário que participou sobre racismo e insegurança alimentar, e seguiu para a Sra. Mara que propôs  
189 programação do período vespertino iniciando com a apresentação das Câmaras Técnicas,  
190 fundamentais e objetivas, e que levam ao pleno sugestões e propostas a serem discutidas. Abriu-se  
191 momento de fala entre 10 e 20 minutos para representantes das Câmaras terem momento de fala. A  
192 Sra. Laudelina, representante da Câmara Técnica internacional apresentou relatório das atividades do  
193 último bimestre. Fez breve relato da reunião acontecida no dia 25/09. Falou sobre a importância da  
194 Câmara e sobre políticas públicas humanitárias como enfoque dela, e, ainda, da necessidade de  
195 atenção às reivindicações feitas pela Câmara. E cobrou resposta de Ofícios encaminhados à Chefia  
196 de Gabinete, sem retorno dos encaminhamentos até o momento. Prosseguiu-se a leitura de informes  
197 da Reunião anterior, com indicação de reuniões para 2024 nas seguintes datas: 1. Janeiro/Fevereiro  
198 de 2024(por vídeo conferência); 2. Reunião de mulheres e altas autoridades – presencialmente (de 10  
199 a 12 de abril de 2024); 3. Reunião de mulheres e altas autoridades – presencialmente (de 5 a 7 de  
200 junho de 2024); 4. Reunião de mulheres e altas autoridades – presencialmente (se necessário, de 8 a  
201 9 de outubro de 2024), e, 5. Reunião Ministerial – presencialmente (11 de outubro de 2024). Os temas  
202 propostos pela Conselheira do Ministério de relações exteriores foram: saúde, cuidados, trabalho,  
203 desastres e calamidades e violência. Paralelamente às proposições, relatou que o Brasil assumiu em  
204 julho de 2023 a presidência pro-tempore do Mercosul e a Ministra assumiu a presidência da  
205 RAMAM. A próxima reunião, como a Ministra já ressaltou, será realizada em Brasília dia 27 de  
206 outubro de 2023, reunindo altas autoridades de mulheres do Mercosul, países partícipes e países



207 convidados para o lançamento da Marcha contra Misoginia, na cidade de Brasília, Distrito Federal.  
208 O encaminhamento do informe foi de reiterar o Ofício anterior para participação na reunião de  
209 mulheres do Mercosul de ao menos duas conselheiras, e, se o conselho participaria como conselho  
210 ou representante nesse lançamento da Marcha contra Misoginia. A Sra. Chopelly parabenizou o nível  
211 de detalhamento dos relatórios expedidos pelo Conselhos e perguntou em como se dará a participação  
212 e representação dos Conselhos em eventos internacionais. Foi falado sobre a questão de votações via  
213 e-mail, pois devido à necessidade de celeridade, não se faria necessário reuniões apenas para essa  
214 finalidade. Partiu-se para informação de que o Brasil sediará a COP30 em 2025. E se o Conselho,  
215 através da Câmara técnica internacional vai deliberar sobre partícipes. Após reunião com a Sra. Dulce,  
216 haverá elaboração de Ata simplificada e será encaminhada por e-mail para todas as conselheiras, tanto  
217 de sociedade civil quanto governo, para que todas tenham conhecimento de todos os itens A Sra.  
218 Adélia, da Câmara de Legislação e normas, reivindicou à secretaria técnica executiva do conselho  
219 nacional do direito da mulher, que é uma necessidade, urgência para que se dê celeridade aos  
220 processos internos e ações articuladas dos GTs relacionados ao CNDM. Preocupou-se também com  
221 o cuidado que se deve observar com os direitos já adquiridos, pois, se não devidamente cuidados,  
222 poderia haver retrocesso, como por exemplo, a questão do aborto legal. A Sra. Dirlene, em seu  
223 momento de fala, discorreu sobre GT que foi criado em setembro, com prazo de 120 dias para  
224 apresentar resultados, e composição indicada a seguir: 4 pessoas representando a sociedade civil (Sra.  
225 Adélia, Sra. Chopelly, Sra. Alessandra e Sra. Dirlene), 3 representantes do governo (até então,  
226 somente a Sra. Glayce) e, 4 convidadas da sociedade civil (até então, Sra. Ana Lígia, Sra. Lúcia e  
227 Sra. Jaqueline), para contribuir na elaboração de temas. Ato contínuo, embora muitos assuntos  
228 abordados como relevantes, destacou-se dois, que tratam de direitos adquiridos e devem ser debatidos  
229 para que não retrocedam. Os dois tópicos então abordados no presente GT são: 1. A reprodução  
230 humana, com enfoque no direito ao aborto; e, 2. Questão LGBTQIA+, relacionado a casamentos  
231 homoafetivos. Em relação à questão de reprodução urbana, citou possibilidade para ampliação de  
232 possibilidades, apoiadas pelo governo de inibição de gravidez. A Sra. Alice com palavra de ordem,  
233 cita a necessidade da Secretaria Executiva para auxiliar e ampliar atividades do Conselho. Partiu-se  
234 para o Grupo de Trabalho, que trata da mulher no espaço de poder de decisão. Relatou a conquista  
235 que houve pela manhã, no movimento paridade no Judiciário, em relação a embargadores e  
236 desembargadores, que foi instituída na Defensoria Pública da União. Reivindicou que a vaga da



237 Ministra Rosa Weber, seja ocupada por uma mulher. A Sra. Sonia tomou fala e levantou sugestão de  
238 GT sobre autonomia econômica das mulheres e política do cuidado, que será coordenado pela Sra.  
239 Rosa e, ela mesma. Colocou como fundamental o apoio social para que, além das conquistas já  
240 alcançadas, a mulher tenha independência econômica, caso contrário, continuará submissa a questões  
241 já sanadas. A Sra. Mara retomou a proposta da Sra. Dirlene, para se colocar em regime de votação a  
242 moção de apoio ao voto da Ministra Rosa Weber e questões da liberdade feminina. Também foi  
243 exposto para votação, a formulação de texto para representação do conselho na votação sobre  
244 casamento homoafetivo. Os dois encaminhamentos foram aprovados com uma abstenção. Sobre  
245 indicação de mulher para composição do Supremo Tribunal Federal, a Sra. Chopelly e Sra. Tereza  
246 comensuraram a opinião de que, vista a importância do cargo, a indicação é aspecto que deve ser  
247 minuciosamente colocada. E que, por outras conselheiras indicarem mulher negra para a ocupação  
248 do cargo, a moção deveria realizar-se por análises mais fundamentadas, como apoio a outras pautas  
249 já defendidas pelo CNDM. A Sra. Alessandra ressaltou a questão das mulheres que são privadas de  
250 liberdade. Colocou como pauta fundamental a exigência de mulher negra para o STF. Seguidamente,  
251 foi aprovada por unanimidade a indicação de mulher negra para representação no STF. Declarou-se  
252 encerrada a Câmara de normas e regulamentações novas e seguiu-se para a Câmara de Monitoramento  
253 do Plano Nacional das Mulheres, onde a Sra. Vanja assume a fala e questiona a falta de  
254 encaminhamento das pautas da Câmara Técnica de Monitoramento, e deixa registrado a insatisfação  
255 com a falta de atenção e não encaminhamento das questões apresentadas e aprovadas pela plenária  
256 de conselheiras. Solicitou atenção, colaboração e agilidade com o trabalho colaborativo das  
257 conselheiras de controle social. Propôs a criação da quinta Câmara, tendo como pauta o  
258 enfrentamento ao racismo. A Sra. Deusimar em momento de fala discorreu sobre racismo e  
259 preconceito religioso, que são embates importantes e devem ser enfrentados pelo Brasil. E defendeu  
260 a criação da quinta Câmara. Definiu-se que, na próxima reunião do pleno, haverá um turno onde será  
261 debatido a questão da descriminalização do aborto. A Câmara Técnica do enfrentamento ao racismo  
262 foi criada, com duração de 1 ano, em respeito à orientação do que está descrito no regimento interno.  
263 Aprovada criação de GT para avaliar criação de duas Câmaras: 1. Diversidade; e, 2. Mulher e meio  
264 ambiente. Foi sugerida a confecção de crachás identificando conselheiras. A Sra. Carmen agradeceu  
265 a participação de todas, e declarou encerrada a reunião.  
266



267 **Abertura da Reunião 27/09/2023 - Tarde:** A Sra. Mara apresentou estimativa de resultados  
268 primários orçamentários. A Sra. Carmen indicou o valor do orçamento para 2024 em R\$1.200.000,00,  
269 sendo que, até o momento, recurso disponível está em R\$721.000,00. Seguiu com a fala de que as  
270 passagens e demais despesas para as partícipes da reunião já estão orçadas. Explanou sobre o  
271 planejamento dos Encontro dos Movimentos Sociais. A Sra. Malu Valle, complementa na Câmara  
272 técnica a necessidade do empenho do valor disponível, até o dia 15 de dezembro, caso contrário, o  
273 recurso voltará para origem. Para isso, há importância dos procedimentos burocráticos como projeto  
274 básico. Ressaltou que dia 25 será o Lançamento da Marcha contra Misoginia, e que todas as  
275 conselheiras devem estar presentes. Do dia 23 a 27 haverá semana de mobilização de articulação no  
276 Congresso. A Sra. Alice cumprimentou a todas, relatando sobre o processo de composição das  
277 Câmaras Técnicas, onde farão parte apenas conselheiras titulares. Ressaltou que serão ao total, 5  
278 Câmaras Técnicas (4 representantes da sociedade civil e 3 do governo, totalizando 7 conselheiras).  
279 Ato contínuo, relatou importância e objetivo das Câmaras técnicas e sugeriu criação de grupos de  
280 trabalho para termos específicos com previsão de prazo para conclusão dos trabalhos. As Câmaras a  
281 serem criadas abordam assuntos sobre: 1. Legislação e normas; 2. Assuntos internacionais; 3.  
282 Monitoramento do plano nacional de políticas para mulheres; 4. Planejamento e orçamento, e, 5.  
283 Enfrentamento ao racismo. Prosseguindo ao que exposto pelo regimento interno, salientou-se que no  
284 mesmo dia de escolha da presidenta da câmara, será feita a da vice. A Coordenação política do  
285 conselho será composta por: a presidenta do conselho ou sua substituta, uma das conselheiras de  
286 notório conhecimento e as presidentas das Câmaras técnicas permanentes. As reuniões serão mensais  
287 e presidentas das Câmaras devem participar. A Sra. Carmen sugere alteração de atualização do  
288 Regimento Interno para adequação à realidade e acertar limite entre o papel da Câmara técnica e papel  
289 da Coordenação Política. Iniciou-se o processo para a composição das câmaras técnicas, com  
290 participação da sociedade civil. Prosseguiu-se para indicação de integrantes para composição das  
291 Câmaras: 1. Câmara de Enfrentamento ao racismo (Sandra Laules, Cleide Silva, Jovanna Cardoso,  
292 Deusimar Corrêa); 2. Câmara de Planejamento e Orçamento (Mara Luzia, Rosângela, Chopelly  
293 Glaudystton, Gilcelene Braga); 3. Câmara de Monitoramento (Evelin Cavalini, Alessandra Santos,  
294 Vanja Andrea, Berenice D'arc); 4. Câmara Técnica de Legislação e Normas (Celina Alves, Maria  
295 Dirlene, Adélia Moreira, Sônia Maria); e, 5. Câmara de Assuntos Internacional (Beatriz Maria,  
296 Adriana Rosa, Laudelina Inácio, Sarah Barreto). Para indicação de presidência, faz-se necessária a



297 presença de entidades do governo para votação. Processo finalizado, deu-se por encerrada a reunião  
298 do dia.

299

300 **Abertura da Reunião 28/09/2023 - Manhã:** Apresentou-se a pauta do dia: 1. Gestão do Conselho;  
301 2. Estrutura conforme regimento interno; 3. Vacância do notório conhecimento; 4. Prorrogação dos  
302 mandatos; 5. Apresentação da Marcha da Misoginia; e, 6. Manifestação para encaminhamentos e  
303 encerramento do dia. Discorreu-se sobre a questão da dotação orçamentária, indicando que será  
304 solicitado ao Congresso mais verba para custear as ações que vão além do que já foi autorizado para  
305 custeio/investimento. Cita a importância de criar e aprovar o fundo do CNDM para que se obtenha  
306 mais recursos financeiros. Foi proposto para o pleno em 2024 reuniões de 2 dias. Seguidamente,  
307 abriu-se inscrições para que participantes manifestassem opiniões. A Sra. Mara ressalta a importância  
308 da articulação dos conselhos estaduais e cooperação de fundos para que os objetivos nacionais sejam  
309 alcançados. Foi levantada a questão da necessidade da Secretaria da mulher em todos os estados. Foi  
310 iniciado debate e revisão do planejamento estratégico do fundo para políticas públicas para mulheres.  
311 A Sra. Vanja, informa que a Secretaria-Geral da Presidência da República está criando dois GTs: 1.  
312 Novas formas de conferências nacionais, e, 2. Análise e propostas de novas formas de atuação social.  
313 Indicou-se a relevância do planejamento do governo, para que a execução de reuniões e assuntos  
314 ligados às mulheres seja prioridade e realizado de forma contínua. Sra. Berenice discorreu o quanto  
315 a mudança política altera no desenvolvimento das atividades governamentais e atuação do Ministério.  
316 Ressaltou que a política adotada no conselho será valorizada e levada adiante para efetivação das  
317 finalidades propostas pelo Conselho conjuntamente com o Ministério. A Sra. Celina indicou que a  
318 situação atual demonstra construção, enquanto na mesma época do ano passado, o Conselho resistia.  
319 Ressaltou a questão da soberania, garantia de direitos e alinhamento ao planejamento estratégico  
320 indicando prioridades de acordo com as Câmaras técnicas destinadas a cada vertente. Disse ser  
321 fundamental uma Secretária para o conselho e outra para as Câmaras Técnicas. Citou a Conferência  
322 Nacional que ocorrerá em 2025, e que desde já deve ser antecipadamente planejada. A Sra. Santa  
323 Alves declara-se feliz com a questão do enfrentamento ao racismo e se sente representada pela  
324 Câmara. Opinou sobre a questão das reuniões do Conselho, consolidando que tenta conciliar com os  
325 trabalhos, mas nem sempre consegue fazer-se tão presente nas reuniões. Discutiu-se sobre a  
326 autonomia do conselho e definições que devem ser realizadas com antecedência através do



327 planejamento estratégico, e destacar ações necessárias relacionadas também à segurança e à saúde,  
328 para que se facilite a consecução e se consiga verba pública para realizações de programações do  
329 conselho. Foi discutida a data da próxima reunião, que teve uma data muito apertada. Ficou como  
330 sugestão para a próxima reunião, dia 13 e 14 de dezembro de 2023 por conta de evento relacionado  
331 à temática das mulheres. A Sra. Isis Taboas falou sobre a Marcha da Misoginia e o desafio de  
332 prevenção à violência contra mulheres, a importância de defesa em favor das mulheres e do ativismo  
333 para se combater qualquer tipo de desigualdade de gênero e, com a perspectiva de extinguir casos de  
334 feminicídio e violências doméstica e familiares. Citou a questão da Deep Web e a forma como espalha  
335 discursos de ódio e situações de perigo, onde protocolos de segurança não conseguem adentrar por  
336 ser um sistema fora do convencional e muito utilizado para disseminação de atitudes ensejadoras de  
337 violência. Ressalta importância de que o Conselho participe ativamente na Marcha contra Misoginia.  
338 Em seguida, sintetizou a questão da Marcha das Margaridas, que tem o objetivo de ser cada vez mais  
339 participativa e alcançar maior número de mulheres. E que a corrente de proteção a mulheres de todas  
340 as classes, religião e raça seja efetiva, mais inclusiva e disseminada a todos os lugares do país, tanto  
341 nacionalmente quanto internacionalmente. A Sra. Carmen agradece a todas as participantes e finaliza  
342 o período matutino.

343

344 **28/09/2023 – Tarde:** A Sra. Dirlene iniciou discorrendo sobre o parecer da CONJUR sobre a  
345 Conselheira de notório saber e prorrogação do mandato do conselho. Relatou que a questão de  
346 conselheira de notório saber não deve anular a capacidade do plenário. Devido a esse impasse, sugeriu  
347 que houvesse, nesse caso, devido a urgências rotineiras, uma suplência e que fosse oficializado no  
348 regimento interno. Foi clarificado que as questões omissas no Regimento interno serão decididas pelo  
349 Plenário. Entra em questão consensual o retorno da Sra. Andremara, que havia se ausentado do  
350 Plenário por razões pessoais e falta de tempo para comparecimento no Conselho, e, atualmente,  
351 solicitou retorno ao mesmo, com mandato previsto para término em junho/2024. Foi discutido pelas  
352 conselheiras se seria consensuado o retorno da Sra. Andremara, ou, se deixaria vago o cargo até a  
353 próxima eleição. Retorno aprovado com 11 votos a favor, 9 contra e 2 abstenções. Iniciou-se processo  
354 de votação das câmaras técnicas. Partiu-se para eleição de Presidenta e Vice-Presidenta das Câmaras  
355 técnicas, que ficou assim definida: 1. Câmara Técnica Internacional – Laudelina Inácio como  
356 presidenta e Adriana Rosa como vice presidenta 2. Câmara de Legislação e normas — Maria Dirlene



357 como presidenta e Adélia como vice presidenta 3. Câmara técnica de planejamento e orçamento –  
358 Gilcelene Braga como presidenta e Mara Luzia como vice presidenta; 4. Câmara técnica de  
359 Monitoramento –Vanja Andrea como presidenta e Alessandra Santos como vice presidenta e, 5.  
360 Câmara técnica de enfrentamento ao racismo – Deusimar Corrêa como presidenta e Sandra Laules  
361 como vice presidenta. A Sra. Atiliana ressaltou o momento único que ocorrerá dia 29-09-2023, que é  
362 o Conselho Nacional de Conselhos estaduais de Mulheres. Apresentou como funcionará, indicou  
363 local e horário e pauta do que será abordado na reunião. Citou trazer com fala de abertura o Secretário  
364 Nacional de participação Social Renato Simões e a Ministra de Estado das Mulheres Aparecida  
365 Gonçalves. Será inclusa na pauta a construção do PPA. Em seguida, partirá para a apresentação do  
366 conselho por conselheira de notório saber, a Sra. Alice Bianchini, e, posteriormente, apresentação do  
367 mapa colaborativo das mulheres brasileiras. Prosseguirá para lançamento do primeiro edital do  
368 Ministério da estruturação e fortalecimento da APN. Na programação vespertina, ouvirá conselhos  
369 estaduais com troca de experiências de participações para aprimoramento de execução de atividades.  
370 A Sra. Vanja propôs que o Cerimonial do CNDM fosse conduzido por uma das conselheiras.  
371 Decorridos os embates sobre o cerimonial do dia posterior, finalizadas as discussões e realizados os  
372 agradecimentos, a reunião foi encerrada.